

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Unidade/ Setor Requisitante	Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados (SEGEST)
Responsável pela Demanda	Solange Júlia Fernandes Coimbra – Secretária de Gestão de Serviços e Terceirizados
Matrícula e Pasta Funcional do Responsável	308.311-00 - 10863
e-mail do Responsável	solangfc@trt3.jus.br
Telefone do Responsável	(31) 3228-7101

### 1 - APRESENTAÇÃO DA DEMANDA:

Em julho de 2023, foram firmados os contratos 23SR036 e 23SR038 para cobertura securitária de 66 (sessenta e seis) veículos que integravam a frota oficial, em todo o território nacional, sendo 39 (trinta e nove) veículos segurados pela Mapfre Seguros Gerais S/A e 27 (vinte e sete) veículos segurados pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Dos 39 (trinta e nove) veículos segurados pela Mapfre, 22 (vinte e dois) foram doados e, concomitantemente, adquiridos 13 (treze) novos veículos. Desta forma, a atual frota compõe-se de 57 (cinquenta e sete) veículos.

Os contratos 23SR036 e 23SR038 foram aditados a fim de substituir e incluir os veículos doados e aqueles adquiridos. Assim, os ajustes alcançaram, respectivamente, os percentuais de acréscimo da ordem de 23,67% e 18,02%. Apesar do saldo de percentual de acréscimo disponível nos atuais contratos, tais valores não são suficientes para cobrir 16 (dezesesseis) novos veículos que serão adquiridos em breve (PE 10/2024).

Diante disso, faz-se necessário propor nova contratação, para cobertura securitária, abarcando todos os 57 (cinquenta e sete) veículos que compõem a atual frota, bem como aqueles que ainda serão adquiridos, com a consequente rescisão dos contratos 23SR036 e 23SR038.

Considerando a impossibilidade de novos acréscimos nos atuais contratos, a reunião da cobertura securitária em um único ajuste tem por finalidade otimizar a gestão e fiscalização do contrato, pois, do contrário, teríamos vários contratos com o mesmo objeto.

Entretanto, faz-se necessário proceder ao levantamento das soluções disponíveis no mercado, aptas a atender as demandas deste Tribunal, no que se refere aos serviços de seguro de veículos.

### 2 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E O PLANEJAMENTO DE COMPRAS:

A contratação proposta justifica-se pelos seguintes motivos:

- Necessidade de garantir cobertura securitária para os 57 (cinquenta e sete) veículos que integram a frota oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, bem como para os 14 (quatorze) veículos que serão adquiridos por meio do Pregão Eletrônico n. 10/2024 e de 02 (dois) veículos que serão adquiridos pela Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional, de modo a resguardar o patrimônio público e, em caso de acidentes, obter o ressarcimento pelos danos sofridos e, ainda, viabilizar a assistência a usuários e terceiros envolvidos.

A contratação justifica-se, ainda, pelos seguintes motivos:

- A perenidade/permanência/continuidade da demanda pelos serviços de cobertura securitária para os veículos oficiais.
- Na ocorrência de pane mecânicas e de pequenos sinistros, sem a cobertura securitária regularmente contratada, as despesas poderão se apresentar bastante onerosas, tendo em vista a necessidade de assistência aos ocupantes do veículo, como, por exemplo, com a necessidade de acionamento de motorista e de outro carro da frota, gerando custos com deslocamento (diárias, combustível, etc.) e pagamento de reboque, dentre outros.
- Apesar da inexistência de registro de ocorrência de roubo/furto de veículos de propriedade deste Tribunal, afigura-se prudente a prevenção quanto a esse tipo de evento.
- Possibilidade de eventuais pagamentos de danos de natureza material, não cobertos pelo Seguro DPVAT, que, de outro modo, estariam cobertos pelo seguro.
- A frota do Tribunal atende às demandas da capital (traslados de magistrados e servidores e transporte de materiais), além dos deslocamentos às unidades do interior, em todos os períodos do ano, nas mais diversas condições climáticas, em vias com variadas condições e tipos de calçamento, entre outras situações que demandam cuidados constantes dos motoristas e, por conseguinte, a necessidade de cobertura securitária para os veículos.

Os 57 (cinquenta e sete) veículos já pertencentes à frota irão compor a contratação imediata desta licitação, e os 16 (dezesesseis) veículos que serão adquiridos referem-se à contratação futura

Informa-se que a demanda está vinculada ao Planejamento Estratégico Institucional de 2021-2026 - objetivo OE8 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira e integra o Plano de Contratações Anual (PCA) deste Tribunal, itens 40 e 41.

### **3 - CORRELAÇÃO DA DEMANDA COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:**

Para que a solução escolhida seja implementada, a demanda deverá ter adequação orçamentária e financeira em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), além de compatibilidade com o Plano Plurianual (PPP) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Tais informações, contudo, só poderão ser solicitadas à unidade competente (Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF) após a fixação do valor estimado da solução escolhida, que, por sua vez, só será possível após a realização da pesquisa de preços.

#### **4 – QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA:**

A quantidade de serviço a ser contratada está diretamente relacionada ao quantitativo de veículos que compõem a frota oficial deste Tribunal, cuja relação se apresenta em anexo.

#### **5 – PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Considerando que já existe a expectativa de entrega de novos veículos, ainda neste exercício (PE 10/2024), espera-se que a licitação seja concluída até o final de novembro de 2024.

#### **6 - INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DOS RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:**

Como se sabe, a Instrução Normativa n. 5/2017 da Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) trouxe novos parâmetros para a contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, passando a exigir, por exemplo, a formação de equipe de Planejamento da Contratação para a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Gerenciamento de Risco (artigos 21, I, d e 22, *caput* e § 1º).

De acordo com o disposto no artigo 22, § 1º, da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, “[a] equipe de Planejamento da Contratação é o conjunto de servidores que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, entre outros”.

Nesse sentido, é importante destacar que, diante do quadro atual de carência de servidores no âmbito deste Tribunal, a indicação de integrantes técnico e administrativo, para a composição da Equipe de Planejamento da Contratação, tem ocorrido apenas nas situações em que a atuação desses agentes se mostra essencial e inafastável, o que não se aplica ao presente caso, em que é suficiente a atuação de integrantes demandantes, haja vista a natureza e o grau de complexidade técnica do objeto a ser contratado.

Desse modo, a equipe de Planejamento da Contratação será composta apenas por integrantes demandantes, nos termos abaixo indicados:

Nome	Pasta Funcional	e-mail	Telefone
Solange Júlia Fernandes Coimbra	1086-3	Segest@trt3.jus.br	3228-7101
Daniel Cunha Bernardo	132390	Segest.transporte@trt3.jus.br	3228-7108
Erika Veloso de Barros Leite	18422	Segest.transporte@trt3.jus.br	3228-7108
Venício Gregório Ferreira	117056	Segest.transporte@trt3.jus.br	3228-7108

Ao longo do planejamento da contratação, outras unidades deste Tribunal poderão vir a ser chamadas a contribuir, o que se dará, contudo, de maneira pontual, mediante provocação da SEGEST, somente quando a medida se fizer necessária.

Por fim, informa-se que os nomes dos responsáveis pela fiscalização dos serviços constarão nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência

As atribuições/obrigações específicas dos fiscais constarão do Termo de Referência. Por isso, concomitantemente à ciência, cada fiscal receberá uma cópia desse documento. Nesse sentido, como o TR ainda não foi elaborado e aprovado, a ciência não seria satisfatória se colhida neste momento, pois não há como cientificar alguém de um encargo sem discriminá-lo.

#### **7 - CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÃO PREDETERMINADA PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA:**

A contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação dos serviços, sob o regime de execução indireta, apresenta-se como a única solução possível para o atendimento da demanda aqui apresentada.

Belo Horizonte, 2 de setembro 2024.

---

**Solange Júlia Fernandes Coimbra**  
Assinado eletronicamente no e-PAD